

Das Trincheiras da Flandres aos Sertões d'África: percursos geográfico-literários de Augusto Casimiro

From the Trenches of Flanders to the African Hinterland:
geographic and Literary approaches of Augusto Casimiro

Sérgio Neto*

RESUMO: Este artigo procura explorar a literatura de Augusto Casimiro (1889-1967). Este oficial e poeta português participou na Primeira Guerra Mundial e visitou algumas colónias. Os seus poemas integram temas nacionalistas sobre a História e o Império. Não obstante, foi um republicano opositor à ditadura do Estado Novo. Os seus escritos desenvolveram um novo avatar da versão portuguesa do fardo do homem branco: a ideia de uma grande irmandade entre a Europa e África. Apesar de Augusto Casimiro ter observado, no sertão angolano, uma paisagem prodigiosa, assim como expressivos modos de vida, seria a experiência cabo-verdiana a inspirar a sua visão ideológica dos últimos anos do império português.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura. Primeira Guerra Mundial. África. Angola. Cabo Verde.

ABSTRACT: This article aims to explore the writings of Augusto Casimiro (1889-1967). This Portuguese officer and poet participated in the First World War and visited several colonies. His poems are full of nationalistic passages about the History and the Empire. Nevertheless, he was a republican and an oppositionist against the dictatorship of the Estado Novo (New State). His writings about the colonies developed a new avatar of the Portuguese version “white’s men burden”: the idea of a greater brotherhood between Europa and Africa. Although Augusto Casimiro observed in the Angola hinterlands a prodigious landscape and a rich way of life, it was the cap-Verdean experience that inspired the ideological vision of the last years of the Portuguese empire.

KEYWORDS: Literature. First World War. Africa. Angola. Cape Verde.

Introdução

Junto da historiografia e do público, o centenário da Primeira Guerra Mundial, tem vindo a desvelar e a reavivar um acrescido interesse pelos mais diversos aspectos do conflito, sendo de destacar o importante corpo documental constituído por memórias, cartas e testemunhos – estes últimos colhidos através de familiares, sob a forma de relato em segunda ou terceira mão. Por seu lado, nos últimos anos, o campo das ciências sociais também tem privilegiado, no que concerne à questão colonial portuguesa na Época Contemporânea, um

* Investigador de História Colonial Contemporânea, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS20), Portugal. sgdneto@gmail.com

renovado olhar sobre o memorialismo dos veteranos da guerra de 1961-1974 e das experiências dos colonos que, no seguimento da Revolução dos Cravos, regressaram à “metrópole”, como à época se dizia. Estão, de resto, em curso vários projectos que buscam recolher e seriar este manancial (ver Miguel Cardina e Joana Damasceno).

Sem dúvida que, na intersecção destas duas grandes temáticas, cumpre assinalar a importância do percurso biográfico-literário de Augusto Casimiro (1889-1967), uma significativa voz da primeira metade do século XX português, a quem falta um estudo sistemático e globalizante das suas múltiplas facetas. De facto, a riqueza de estilo das suas memórias das trincheiras, as impressões africanas gizadas em torno do sertão angolano e das ilhas de Cabo Verde, os estudos e traduções que empreendeu sobre vultos, obras literárias e processos históricos relacionados com o Oriente, a poesia de cunho patriótico, os judiciosos textos de imprensa – publicações que não devem ser desligadas de uma ampla intervenção cívica e política –, ilustram um percurso preñado em concretizações. Em todo o caso, se não lutou nas trincheiras africanas da Grande Guerra ou apenas se internou no sertão breves anos, os seus poemas e relatos destacam um entendimento mais aproximado (ainda que de inegável cunho colonialista) das vicissitudes africanas (FRAGA, 2010).

Embora a tese mais conhecida afirme a palavra “sertão” enquanto uma corruptela de “desertão”, outras hipóteses foram lançadas, não sendo a resposta fácil e conclusiva. A realidade sertaneja, sob o olhar luso, associou-se, em finais de Oitocentos, à “corrida colonial” ou “scramble for Africa”, na luta pelo *hinterland*:

Ainda que originalmente o termo “sertão” possa ter designado ‘terras situadas no interior dos continentes’ e que apresentam aspectos de semiaridez, observa-se o uso daquela palavra sem a obrigatoriedade desta característica biogeográfica, mesmo no período inicial das grandes navegações e ‘descobertas’ dos lusos, nos Séculos XIII e XIV. Já, naquele tempo, o termo “sertão” tanto servia para designar uma ‘região’, uma ‘área’ indefinida, um ‘lugar’ ou um ‘território’ qualquer, localizado longe do litoral, no interior ainda despovoado (entenda-se colonizado) ou mesmo desconhecido, não importando se ali houvesse ou não um deserto ou uma paisagem semiárida. (FILHO, 2011).

Nesta óptica, o sertanejo, o habitante do sertão, era o colono “desaparecido” algures no interior, pai de vasta prole de mestiços, conhecedor como ninguém das gentes locais e dos trilhos comerciais mais apetecíveis, um agente do colonialismo, enfim, alguém em processo de “cafrealização” – conforme as fontes da época apodavam pejorativamente. Nesse sentido, todos os grandes tratados coloniais portugueses do século XIX, de Sá da Bandeira a Andrade Corvo, deploravam o envio de degradados para terras de África, espécie de embrião do “cafre”, apelando ao desbravamento do sertão e posterior povoamento com camponeses e artesãos, secundados por funcionários públicos motivados e bem remunerados. José Norton de Matos (1867-1955), amigo de Augusto Casimiro e governador de Angola nas primeiras décadas do século XX, ensaiou o mais coerente (ainda que, na prática, sem solução de continuidade) projecto de fixação de habitantes portugueses – atrair colonos oriundos de meios piscatórios para o litoral angolano e captar camponeses beirões para o planalto (DÁSKALOS, 2008). Censurando a miscigenação, ainda que criticasse o *Apartheid*, Norton de Matos personificou um possível modelo para Casimiro, ainda que este último nunca tivesse alinhado em tal visão do Outro. Os matizes do pensamento ultramarino luso, oscilando entre o Darwinismo Social, a crença no sucesso da colonização ensaiada no Brasil, o paternalismo e, mais tarde, as ideias de Gilberto Freyre, ajudam a explicar estes diferentes modos de percepcionar o espaço colonial, interagindo em face da conjuntura internacional – defesa contra as outras potências coloniais até aos anos 50; defesa contra o anticolonialismo até 1974 (CASTELO, 1999).

Encarando o sertão como uma “fronteira”, mas na acepção de *frontier* e não tanto de *border* (MARTINS, 2008), a sua ocupação – de finais de Oitocentos até aos anos 20 do século seguinte – foi paciente, buscando acomodar naturais e colonos aos ditames dos regimes políticos vigentes. Na Primeira República (1910-1926), sobretudo com Norton de Matos, o esforço foi no sentido de conceder uma larga autonomia aos governadores, criar aldeias e cidades, instruir as populações e tentar destruir velhas persistências, que teimavam em manter o camponês africano numa situação de escravatura encapotada. Durante o Estado Novo (1932-

1974), numa primeira fase de nacionalismo imperialista, que persistiu até ao final da Segunda Guerra Mundial, a aposta passou antes por centralizar as decisões no Terreiro do Paço, restringir o ensino aos naturais das colónias e, com a aprovação do *Estatuto do Indigenato*, reafirmar até a sua pretensa minoridade. Numa segunda fase do regime estadonovista, com a emergência do pensamento anticolonial e, posteriormente, o deflagrar da guerra contra movimentos independentistas em Angola, Guiné e Moçambique, a ideologia fixou-se nos ensinamentos de Gilberto Freyre, que faziam a apologia da mestiçagem e das práticas coloniais lusas, ainda que, na prática, a discriminação e minorização do elemento não europeu se tenham mantido.

Fundado nestes postulados e nos debates havidos, o presente artigo pretende, com base em diferentes tipos de fontes, auscultar o pensamento de Augusto Casimiro, no que respeita ao seu entendimento do espaço sertanejo, no cenário mais vasto do colonialismo português. Assim, propõem-se cinco alíneas: a primeira em jeito de nota biográfica; a segunda levando em linha de conta a sua participação na frente ocidental da Grande Guerra, a cotejar com o testemunho de oficiais presentes na frente africana; a terceira analisando a sua leitura do sertão angolano; a quarta abordando as peculiares vicissitudes do seu encontro com o arquipélago de Cabo Verde; a fechar, a quinta alínea irá incidir na visão do Oriente mantida por Augusto Casimiro.

Ensaio de esboço biográfico

Augusto Casimiro nasceu a 11 de Maio de 1889, na então vila de Amarante, distrito do Porto. Bordejada pelo rio Tâmega e tendo por orago S. Gonçalo, a localidade é flanqueada a curta distância pela Serra do Marão, uma das mais altas elevações de Portugal. As largas vistas contemplativas desta paisagem vieram a inspirar diversos amarantinos, como o poeta Teixeira de Pascoais (1877-1952) e o pintor Amadeu de Sousa-Cardoso (1887-1918), este último precocemente desaparecido devido à epidemia pneumónica que ceifou a população da Europa e do Mundo, no derradeiro ano da Primeira Guerra Mundial.

Proveniente de duas famílias “com diferentes haveres”, ainda que ambas com raízes nos meios burgueses, Augusto Casimiro fez os primeiros estudos em Amarante, tendo depois passado a Coimbra, onde concluiu o ensino liceal. Assentou praça como voluntário no Regimento de Infantaria N.º 23, sediado nessa cidade, e aí veio a publicar, em 1906, um primeiro livro de poemas, *Para a Vida*. Embora tenha frequentado por algum tempo a universidade conimbricense, Casimiro rumou a Lisboa, a fim de se inscrever no curso de infantaria da Escola do Exército, que terminou em 1909 (PEDROSO, 1989, p. 9-10).

No ano seguinte, pouco tempo após a Implantação da República, ascendeu à patente de alferes, dando à estampa novo livro de poemas. Este, sinal dos tempos, intitular-se-ia *A Vitória do Homem*. Começou então a publicar n’ *A Águia*, revista portuense que acolheu alguns das mais significativas personalidades intelectuais e literárias da primeira metade do século XX português, como Teixeira de Pascoais, Leonardo Coimbra (1883-1936), Raul Proença (1884-1941), Jaime Cortesão (1884-1960) e Fernando Pessoa (1888-1935). Seria, de resto, em torno d’*Águia* que se iria constituir o grupo da Renascença Portuguesa, baseado na filosofia saudosista e nos ideais redentores anunciados pela República, ainda que, a breve trecho, alguns destes vultos tenham deixado as fileiras do movimento, enveredando por outros projectos pessoais e editoriais.

Entrementes, regressado a Coimbra e aos campos do Mondego (S. João do Campo), Augusto Casimiro casou com a irmã de Jaime Cortesão, lançando a colectânea de poemas *A Tentação do Mar*, de acentos patrióticos. Em 1914-1915, já tenente, partiu para Angola, a fim de tomar parte na Missão de Delimitação da Fronteira Luso-Belga. Remonta, pois, a esta época, o seu primeiro contacto com a realidade do sertão africano. De novo em Portugal, foi colocado no Colégio Militar, em Lisboa, onde leccionou até 1917, antes de zarpar para as “trincheiras da Flandres”, integrado no Regimento de Infantaria N.º 23. Note-se que, já antes da entrada oficial de Portugal na Grande Guerra, em 1916, tropas lusas e alemãs tinham travado combates fronteiriços em Angola, tomando o governo de Lisboa a iniciativa de para aí despachar vários contingentes militares. Ora, a participação na frente europeia – motivada pelo desejo de

afirmação do novo regime republicano, pela defesa das colónias africanas e sob pressão dos sectores “guerristas” do dominante Partido Democrático –, de igual modo concitou o aplauso dos redactores d’ *A Águia*. Com efeito, num número especial, vindo a lume na Primavera de 1916, importantes nomes da *intelligentsia* lusa fizeram a apologia do belicismo.

Findo o conflito, associou-se à fundação de novo periódico, *Seara Nova*, que reuniu alguns colaboradores de *A Águia*, entre os quais Cortesão, Proença e novos, como Raul Brandão (1867-1930), António Sérgio (1883-1969), Luís da Câmara Reis (1885-1961) e Aquilino Ribeiro (1885-1963). O propósito primacial assentou em tecer possíveis linhas de rumo para uma refundação da República, a qual soçobrava, atingida pelas disputas políticas e a ameaça do surgimento de uma ditadura, sob o pano de fundo da crise económica e social, que a Primeira Guerra Mundial veio agravar (SAMUEL, 1990).

A partir de 1923, às ordens de Norton de Matos, alto-comissário de Angola, Augusto Casimiro retomaria os trabalhos de delimitação de fronteiras, interrompidos pela contenda mundial. Não obstante Norton ter resignado em 1924, Casimiro manteve-se em Angola até 1928, ano do golpe do general Gomes da Costa, que inauguraria a Ditadura Militar, espécie de antecâmara do regime ditatorial do Estado Novo (1933-1974). Aí teve o ensejo de desenvolver um conjunto de ideias em relação à questão colonial, que principiou a publicar em revistas, como o *Boletim da Agência Geral das Colónias* (GARCIA, 2011), ou em romance, caso de *Nova Largada*.

No entanto, afastado pouco tempo após a instauração da ditadura, começou a conspirar, facto que lhe valeu, em 1930, o exílio na Madeira. Tendo participado, em 1931, numa revolta que sobreveio nesta ilha, foi demitido do exército e desterrado para o arquipélago de Cabo Verde. Dos calabouços da ilha de S. Nicolau – essa “tentativa de ensaiar a criação do primeiro campo de concentração em Cabo Verde” (BARROS, 2009, p. 71) – passou à ilha Brava, contactando profusamente com os naturais e adquirindo uma nova visão das realidades africanas. Tanto assim que, muitos anos mais tarde, evocaria o “amor às gentes e às terras crioulas de Cabo Verde” (CASIMIRO, 1964, p. 43).

Uma amnistia permitiu o seu regresso a Portugal em 1936. Foi reintegrado no exército, mas na condição de reformado. Apoiou, em 1949, a candidatura à presidência da República de Norton de Matos, a qual procurou corporizar, sem sucesso, uma tentativa de derrubar “legalmente” o Estado Novo de Salazar. A sua militância cívica manteve-se até final, quando a morte sobreveio, a 23 de Setembro de 1967, em Lisboa. Era, nessa altura, desde há seis anos, director da revista *Seara Nova*.

Paisagens da Flandres (e de África)

Apesar da sua presença na frente ocidental, Augusto Casimiro seguiu de próximo o desempenho das forças portuguesas em África, conforme atestam as memórias e os poemas da época. Em sentido inverso, em 1914/1915, quando se encontrava no sertão angolano, compunha os seguintes versos: “na velha Europa a Guerra e [eu] em terra nossa de África” (CASIMIRO, 2001, p. 579).

Uma vez regressado a Portugal, fez publicar o poema *Hora de Nun’Álvares*, onde evocava as supostas antigas qualidades lusíadas imprescindíveis à contenda:

Nesta hora de sonho e pesadelos,
Quero-te – Pátria, – alerta, erguida e pronta,
Com um clarão a arder nos olhos belos!
Um clarão de ousadia e heroísmo
Sorrindo ao Sol diverso que desponta
Quer seja p’ra nós vida ou abismo!... (CASIMIRO, 1916, p. 156)

Vida no abismo, em boa verdade.

Dotados de um treino insuficiente para a guerra industrializada da frente ocidental, os “serranos”, muitos dos quais simples camponeses fardados que nunca tinham visto o mar, foram embarcados para França, sob grande contestação daqueles que se opunham à política beligerante dos Democráticos. A voz do povo desdobrava mesmo a sigla CEP, de “Corpo Expedicionário Português”, para “Carneiros Exportados de Portugal”. As condições agravar-se-

iam após a Batalha de La Lys, em Abril de 1918, quando uma eficaz ofensiva alemã destroçou a 2.^a Divisão do CEP, sendo as restantes unidades reintegradas no exército britânico. De referir que estes e outros acontecimentos seriam objecto de uma ampla literatura de cunho memorialista, assinando Casimiro dois volumes[†]: *Nas Trincheiras da Flandres e Calvários da Flandres* – os quais, segundo o historiador A. H. de Oliveira Marques, se contam “entre os mais importantes, pela objectividade dos factos narrados ou pelo estilo” (MARQUES, 1997, p. 169). Também cultuou o Soldado Desconhecido, consagrando-lhe uma “Oração Lusíada”, e teceu comentários, em *Naulila*, à batalha homónima, travada em Angola, logo em 1914, antes da declaração de guerra alemã.

Na verdade, o primeiro conflito mundial inspirou numerosas páginas, ainda que as memórias se tivessem fixado mais nas experiências da frente ocidental, do que nos combates feridos em África. Carlos Selvagem (1890-1973) e António de Cértima (1894-1983), oficiais que combateram neste último cenário, bem davam conta disso, quando escreviam:

Os soldados de África chegarão de novo ao seu cais, desembarcando do seu paquete. Através do bulício da cidade se escoarão encolhidos e anónimos, esfarrapados, sumidos das febres e das fomes, sem uma alma compadecida a esperá-los em terra com simpatia com uma padiola e quatro galegos para transportar os doentes. (SELVAGEM, 1919).

Legionário sem nome, Herói Santo e Esquecido, eu vejo os teus ossos anónimos, os restos das tuas dores espalhados pelos cemitérios rasos [...]. Dor eterna perpetuará o amor e honra com que combateste isolado e pobre, sem aplauso, sem estímulos e sem louvor pelo nome sagrado de Portugal – Soldado de África! Quantas medalhas te puseram ao peito? (CÉRTIMA, 1924, p. 276).

Intitulado de *Epopéia Maldita*, o texto de Cértima expõe, como nenhum outro, as dificuldades enfrentadas pelo combatente luso em África, onde as doenças vitimaram mais homens do que as balas teutónicas, fruto de uma deficiente organização sanitária (LEAL, 2014).

[†] Jaime Cortesão, seu cunhado, e médico do CEP, foi autor de um volume de memórias não menos significativo. Cf. Referências.

Sem dúvida que “a guerra que Portugal quis esquecer”, como lhe chamou uma recente obra (CARVALHO, 2015), já ao tempo levava Carlos Selvagem a distinguir “os felizes do CEP” das “curtas linhas de jornal anunciam[do], num bocejo, que mais alguns centos de soldados partiram para o Ultramar, com um destino vago” (SELVAGEM, 1919, pp. 287-289).

Alguns historiadores, como o supracitado Ernesto Castro Leal, elaboraram tipologias destes relatos, cindindo em etapas o percurso dos soldados em África e na Flandres: a partida, a viagem, a saudade, os espaços, o tédio da espera e o combate (LEAL, 2000). No entanto, a paisagem é descrita como monótona e o colonizado é quase omissivo. A título de exemplo, comparem-se os testemunhos dos mencionados Carlos Selvagem e António de Cértima, no que respeita aos itinerários descritivos da “Partida” e do “Combate”:

- Partida:

Dia de embarque! Dia de lágrimas, dia de balbúrdia, dia de mil impressões tumultuosas e contrárias [...]. Não há então lugar para as saudades e há sim um respirar de puro alívio, só no beliche, ao constatarmos que a bagagem já está lá toda, no montão informe de volumes. [...] Não há lágrimas – há berros da soldadesca [...]. Um esvoaçar de lenços brancos se agita (SELVAGEM, 1919, p. 19).

Há uma hora que nós, argonautas duma nova lenda épica, caminhamos para o dédalo dessa aventura que o nosso raciocínio, vergastado da febre do momento, não sabe bem definir [...]. A vozearia, o tumulto recrudescem (CÉRTIMA, 1924, p. 25).

- Combate:

Oh, o suplício dessas horas incertas, na alucinada, na vermelha raiva de vencer, os olhos raiados de sangue, o cérebro congestionado, todos os nervos crispados na empresa, o silvo incessante das balas casquinando por toda a parte a balada macabra da morte. Durou seis horas este suplício (SELVAGEM, 1919, p. 224).

Efectivamente, o *boche* carregou logo à baioneta com o bando negro e caiu como alcateia endemoninhada sobre as trincheiras, passando a ferro o troço dos nossos valentes, que se supliciavam pelo dever, que se deixavam trucidar como santos (CÉRTIMA, 1924, p. 181).

Similares “estações” narrativas enxameiam as memórias de Casimiro. Da “animação, enorme, quente e irrequieta” da partida, em que a “multidão estruge em aclamações, choros, acenos”, à chegada a França, onde reina uma estranha tranquilidade (CASIMIRO, 2014). Os seus recursos estilísticos concebem um volume de memórias, onde convivem cartas reais e imaginárias, poemas e cantos, descrições de combates e do quotidiano, pois “aqui se vive fora do tempo e do mundo [...] já lhe chamaram claustro de morte e de silêncio, naves do pesadelo numa catedral de drama, terra santa povoada de calvários, terra cruxificada, cemitério de vivos e mortos” (IBIDEM, 2014, p. 199).

Se os seus poemas do período da guerra convocam o espírito guerreiro de Nun’Álvares Pereira à “terra fremente e ensanguentada” das trincheiras, já a “Oração Lusíada”, uma vez feito o balanço da “agonia lenta e [d]a dor das linhas”, da “saudade sem fim” e “da dor sem nome”, procura homenagear os “soldados desconhecidos” e conferir um sentido ao combate travado, expresso na frase: “trabalha, luta, sonha e ora” (CASIMIRO, 1921).

No sertão angolano

Findo o conflito, Augusto Casimiro integrou a delegação de paz que se bateu pela conservação do património colonial na órbita lusitana. Receava-se, então, que outros países pudessem anexar o ultramar português, alegando o velho argumento da incapacidade material do governo de Lisboa em administrar e desenvolver os seus territórios. Sintomaticamente, foi assim que Norton de Matos assumiu o alto-comissariado de Angola em 1921, com poderes reforçados, a fim de contrariar a desconfiança internacional, tanto mais alarmada quanto alguns relatórios postulavam a manutenção de sucedâneos da escravatura em algumas regiões (SANTOS, 1927). De resto, em 1945, ainda não compreendendo que os “ventos da História” sopravam do lado do anticolonialismo, Portugal continuava a vislumbrar apetites territoriais por parte de outras potências colonizadoras, parecendo ignorar a questão das independências. Neste sentido, não deve surpreender que tanto apoiantes do regime do Estado Novo, quanto a

maioria dos seus opositores, afinassem pelo diapasão colonial, algo que consideravam inscrito na essência da nação.

Entenda-se, pois, que, no pensamento de Augusto Casimiro, Angola tivesse ocupado um longo arco temporal. Este foi iniciado em 1914, data da partida da Missão de Delimitação da Fronteira Luso-Belga, fechando-se em 1961, com a publicação de *Angola e o Futuro*. Neste último ensaio sobre África, chamando à colação a Antiguidade Clássica, declarava que “as vias romanas transportaram riqueza e aproximaram os homens [...] das Gálias, da Germânia, da Ânglia [que] não eram mais civilizados [...] do que os africanos dos trópicos hoje são” (CASIMIRO, 1961, p. 16). Parecendo esquecer o papel primacial das estradas na deslocação dos legionários que garantiam a a(r)mada *Pax Romana*, o escritor amarantino seguia o pensamento do seu amigo e mentor Norton de Matos, ao escolher os habitantes do Lácio como modelo colonizador – o outro paradigma era o inglês, nomeadamente os *dominions* (MATOS, 1953, p. 38). Conseguida a “pacificação”, seguir-se-ia o estabelecimento de uma malha de administração civil, apta a lançar impostos e a integrar os colonizados sob todos os pontos de vista, ou seja, a dominar e a transformar o sertão, aqui encarado como uma *frontier*.

Publicou, então, sob os auspícios da Sociedade Luso-africana do Rio de Janeiro, uma *Cartilha Colonial* dedicada aos “rapazes de Portugal”. Este livro, que começava com uma nota “aos pais e aos professores”, após traçar um longo caminho histórico, com início na Batalha de Aljubarrota e na conquista de Ceuta, terminava com o “renovo” do regime implantado em 1910, o qual defendera, nos campos de batalha da Flandres e de África e no parlamento, através de “grandes reformas administrativas coloniais”, o “erguer definitivamente do nosso grande Império”. Por conseguinte, impunha-se a “defesa do Império”, até porque “o nosso dever de [...] possuir colónias não é para viver delas simplesmente [...] é erguer até nós, melhorando as suas condições de vida, o nosso irmão mais novo que é o português, de outra raça embora” (CASIMIRO, 1936). E, ainda em 1945, após chegar “a imensa voz do povo em festa celebrando a vitória militar aliada, limiar de outras vitórias” – a oposição portuguesa esperava que o regime de Salazar caísse a breve trecho –, Casimiro, estribado no princípio fraternal, reformulava o

famoso poema de Kipling, imbuindo-o de (ainda mais) subtileza: “o fardo do homem branco, disse um inglês. O encargo do irmão mais velho” (CASIMIRO, 1945, p. 4). Ou, ainda: “colonizar passou a ser [...] mobilizar riqueza nas terras novas em proveito do mundo, erguendo o índice de vida das respectivas populações” (IBIDEM, p. 7). Como Norton de Matos também escrevia alguns anos volvidos: “levantar do chão onde ainda rastejam” (1953, p. 201).

Todos estes testemunhos reforçam que Augusto Casimiro tenha vislumbrado o sertão angolano como uma *frontier*, na qual os portugueses deveriam prosseguir a sua tarefa dita civilizacional. Note-se, a título ilustrativo, que a primeira acção ultramarina de Casimiro, no biénio de 1914/1915, passou precisamente pelos acertos da fronteira angolana com o Congo Belga, sendo sabido que, para o colonialismo contemporâneo (e o nacionalismo), a medição e o consequente mapeamento territorial representavam a plena apropriação do espaço, depois divulgada nos inúmeros mapas que orlavam as paredes das escolas primárias e dos quartéis, assim como nas páginas da imprensa.

Como quer que seja, as suas impressões mais vívidas, lidando com as memórias da primeira passagem por Angola, não escapam a um certo exotismo estereotipado:

Leio e releio estas páginas. Surgem-me ricas da minha saudade, as paisagens, os rios nos vales profundos ou nos largos leitos, as florestas em que há um mistério e um poder sagrado, os morros e as planuras, os caminhos que percorri. E encontro, revivo o cansaço das marchas, a ardência e a quebraria das febres, a frescura da noite sob o dilúvio do luar, a canção das quedas e das cachoeiras, aquele silêncio dos primeiros dias do mundo (CASIMIRO, 1957, p. XII).

Esta alusão à criação inicial, “as noites do Génesis”, que não deixava de ecoar o romance *Coração das Trevas*, de Joseph Conrad, na medida em que fazia equivaler viagem no espaço a viagem no tempo, revelava-se mais lisonjeira com os naturais. Deste modo, “a aldeia africana, a sua vida patriarcal, as suas festas, os seus actos religiosos, a pobreza e a riqueza, o bem e o mal que a cercam” (IBIDEM) podia ser encarada como um microcosmos de um espaço primevo, intocado e fundamentalmente benigno.

Na verdade, as narrativas surgidas em revistas coloniais neste período tendiam a versar o “indígena” e as suas idiossincrasias (MARTINS, 2012). Cumulado de estereótipos, o “indígena” tendeu a ser encarado como uma criança grande, ainda que fosse explorada uma vertente menos depreciativa do colonizado, inserindo-o no seu ambiente natural, sem a presença do europeu. Uma certa conclusão moralista fechava estes textos, sendo como que uma versão literária daqueles ensaios que recuperavam o mito do “bom selvagem”, alegando que a civilização corrompia as puras predisposições naturais do ser humano. No fundo, tratava-se daquela concepção herdada do século XIX que, sem negar as conquistas tecnológicas e a “superioridade” do Ocidente, descobria, nos povos da África Negra, uma maior proximidade das “origens” e, por isso mesmo, um carácter menos postiço e mais puro (JERÓNIMO, 2009).

Alguns poemas de Casimiro, reunidos na colectânea *Portugal Atlântico*, mas abarcando a estadia de trabalho em Angola e o exílio cabo-verdiano, são, de igual modo, ilustrativos, desenvolvendo uma sorte de itinerário das colónias portuguesas em África. Era assim que, em face da Guiné, mais entrevista do que visitada, o autor retinha as “tentações de miragem [...] matos, palmares, bosques solitários, a repelir-nos, a levar-nos, deter-nos”. Para, nesse lugar, um dos inícios da presença lusa no continente africano, não esconder a “fascinação do diferente” registado por outros contemporâneos, quando se comprazia no “encanto rude” da “terra ardente” da “maravilhosa terra da Guiné”. Decerto que a feição de feitoria deste espaço, mesmo nos alvares do século XX, e a violenta conquista de que foi alvo no primeiro quartel, contra “os teus fortes filhos inimigos”, encontraram eco nas questões por si levantadas: “que calvários a esperar-nos? Que promessas, que tributos, que segredos?” (CASIMIRO, 2001, pp. 559-561). Por isso se compreende, também aqui, o entendimento de um espaço sertanejo, “teu corpo virgem”, lançado sobre uma colónia não necessariamente remota, mas habitada por dezenas de etnias, com os pouquíssimos colonos a fixarem-se nas cidades litorâneas. Em suma, ao invés de Angola e Moçambique, para onde os portugueses emigraram em massa nos anos 50 e 60, a Guiné nunca seria uma colónia de povoamento.

Por seu turno, quanto às ilhas de S. Tomé e Príncipe, produtoras de cacau, Casimiro tecia observações de passagem – descrevia-as, de facto, a partir do mar. A latitude e a noite equatoriais, assim como aspectos paisagísticos de diversa ordem, compõem os dois poemas dedicados ao arquipélago (IBIDEM, pp. 565-568).

Nesta óptica, revelam-se mais interessantes aqueles versando Angola e Moçambique, incluindo reminiscências da infância – a África dos livros –, as quais ombreiam com tiradas patrióticas, glorificando o projecto de Norton: “África e Portugal! Uma Nação Maior. Um maior sonho a iluminar a terra”.

Não havendo uma menção explícita a sertão, mas sim ao sertanejo Silva Porto, os sonetos revelam certa evolução quanto a esta coordenada espacial. Pois, se os poemas datados de 1914 entretecem devaneio livresco, fundado nos lugares-comuns das febres e dos medos, na visão da realidade silenciosa e estrelada da noite tropical, já os versos de 1924, oriundos da segunda passagem por Angola, imbuem-se de ideologia colonial, sendo África amada (também) porque seria uma extensão da metrópole. Por seu lado, os poemas de 1954, já sob o espectro do pensamento anticolonial, são inegavelmente de recorte político. Por exemplo, em *Colono*, Casimiro versificava a sua versão do fardo do homem branco. Desta maneira, dizia desejar semear, na “tua terra. Terra deles... Nossa Terra”, não sem “sangue e suor”, mas “pela fraternidade e feição pura em que penares, em que trabalhares com o teu irmão mais novo, o negro teu irmão”: “Amor”, “justiça e cristandade”. Ademais, Casimiro reflectia acerca da “voz que te chama ao longe [...] a voz das vagas [...] a Vida Nova”, percepcionando “amplidão, liberdade [e] alegria Criadora” no acto colonizador (IBIDEM, pp. 591-596).

Visões do arquipélago hesperitano

O arquipélago de Cabo Verde, composto por dez ilhas e alguns ilhéus, foi atingido em 1460 pelos portugueses, havendo sido fantasiado por Camões como o mítico Jardim das Hespérides e pelo poeta ilhéu, Jorge Barbosa (1902-1971), como a não menos lendária Atlântida (BARBOSA, 1935, pp. 9-10), adquiriu também uma dimensão idealizada junto dos meios

coloniais lusos. Povoado por europeus e africanos, entreposto de escravos e espaço de uma complexa miscigenação étnico-cultural, Cabo Verde foi apresentado como um dos mais originais territórios do além-mar português. A aridez do território e as secas periódicas, que provocavam devastadoras crises de fomes, incitaram à crescente emigração, da qual derivou um género literário local de feição evasíonista. O século XIX assinalou três relevantes acontecimentos: em primeiro lugar, uma nova tentativa, finalmente consumada, de ocupação da ilha de São Vicente, cujo magnífico porto natural se revelou, desde então, um actor de primeiro plano na história do arquipélago, pela circulação de gentes e ideias; em segundo, a introdução da imprensa (1842); por fim, a criação do Seminário-liceu, em São Nicolau (1866). A escolarização progressiva, ainda que limitada, das elites, o despontar de uma combativa imprensa, que defendia os interesses locais – sendo, por vezes, apodada de “nativista” –, sem esquecer a fundação de algumas associações de cunho cívico e cultural, todos estes factores ajudaram a criar uma identidade crioula, ainda que não tendencialmente independentista (FRANÇA, 1962).

Mais ou menos atentos a estas conquistas, os intelectuais e escritores portugueses metropolitanos tendiam a deplorar a paisagem desértica, sendo esta imagem, a de uma “colónia mártir” sujeita a fomes periódicas, que insinuaram junto da sociedade portuguesa. Sobretudo a partir dos inícios dos anos 30, uma significativa mudança se operou. Profundamente influenciados pela obra *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, escritores como José Osório de Oliveira (1900-1964) traçaram paralelos entre a paisagem sócio-cultural cabo-verdiana e o Nordeste brasileiro, ou seja, encarando o arquipélago como um Brasil miniatural. A própria intelectualidade do arquipélago deu à estampa a revista *Claridade* (1936-1960), na qual as teorias de Freyre desempenharam um lugar fundamental de emancipação identitária crioula.

O papel de Augusto Casimiro nestes debates não resultaria despiciendo, uma vez que, no decorrer do seu exílio no arquipélago e após o regresso, redigiu diversos artigos e livros. Estes escritos assinalaram uma mudança na percepção da realidade sertaneja, tanto mais que a sentida proximidade cultural de Cabo Verde impunha a existência de realidades coloniais

diferenciadas. Por outras palavras, que o sertão e os seus habitantes podiam ser assimilados à metrópole, caso se mantivessem os supostamente peculiares métodos de integração luso-tropicais.

Porém, o seu ponto de vista divergiu daquele expandido por Osório de Oliveira. Assim, Casimiro vislumbrava Cabo Verde enquanto uma encarnação atlântica de Portugal Continental, muito semelhante à Madeira e aos Açores, ou até um espaço recheado de atavismos da época do expansionismo quatrocentista e quinhentista, como se o *zeitgeist* luso de outrora aí tivesse permanecido estacionário. Como pórtico de um dos seus mais sugestivos livros figurava: “escrever sobre Cabo Verde é um dever nacional” (CASIMIRO, 1935, p. 3). Tendo percorrido as diversas ilhas, Casimiro permaneceu mais demoradamente na Brava – a “mais ariana”, no seu entender –, reclamando-se, em relação ao conjunto insular, a favor de um sincretismo cultural que não excluía a preponderância do elemento europeu, pois “nos costumes, na fala, nas actividades, a Europa sobrelevava a África”. Definiu-o de maneira mais lírica: “Portugal exilado no meio do Atlântico azul”.

Também nas páginas de *Seara Nova* o poeta já atestara, por duas vezes, o entusiasmo pela vida do arquipélago. Na primeira ocasião, em 1937, publicara um excerto do texto a futuramente incluir no seu *Portugal Crioulo*, intitulado “Brava – Canteiro do Atlântico”, numa espécie de visão madeirense da ilha, ao passo que, na segunda, em 1942, divagava acerca dos arquipélagos atlânticos descobertos e povoados pelos portugueses. Contudo, ao enumerar a Madeira, os Açores, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe – territórios desabitados e todos eles conquistados à “selva” do sertão –, Casimiro não fazia quaisquer juízos de valor sobre os seus naturais e do maior ou menor carácter africanizante destes, legitimando por defeito a lusitanidade de todos eles.

Como quer que seja, as obras mais significativas vieram exaltar a especificidade de Cabo Verde no conjunto do “mundo português”. Em *Ilhas Crioulas* tocava a já costumada e trágica nota da crise: “a população definha. Esgota-se. Morre devagar”, culpando a inépcia das chefias em elaborar projectos de protecção dos solos, assim como “a falta de espírito associativo”

perante a desigualdade de uma “minoría possidente” e a maioria da população vivendo na “penúria”. No que respeita ao “folclore crioulo”, anotava existirem na ilha de Santiago “maiores reminiscências da África natal”, enquanto, nas outras ilhas, “a simbiose deu-se e o elemento português prevaleceu” (CASIMIRO, 1935).

A seu ver, fora nas ilhas da Brava e do Fogo que “a mútua influência das duas raças realizou, temperou melhor um tipo novo”. Quanto ao “dialecto crioulo” e à música, em particular a morna, a predominância portuguesa seria indiscutível. Ao garantir que muitos antigos costumes já esquecidos na metrópole continuavam a vingar no arquipélago, caso de certas romarias, invertia a equação das sobrevivências culturais, como se Cabo Verde fosse um depositário museológico etnográfico do Portugal de outrora.

Sugerindo soluções para as crises de seca, as fomes e a emigração, as quais deveriam partir do Governo e das elites locais, aparentemente “pouco fiéis ou pouco activas”, relacionava o arquipélago de Cabo Verde com o Brasil, em virtude da idêntica ocupação da terra, da “transfiguração da língua” e da mestiçagem havida. O drama das ilhas, todavia, superara o brasileiro, suposição que mantinha em *Portugal Crioulo*, a mais relevante obra de Casimiro versando Cabo Verde. Nesta, Casimiro secundava os seus escritos precedentes, definindo o Mindelo (como “uma cidade parasitária”, mas também “capital espiritual do arquipélago”, Santiago como o “passado remanescente dos morgadios”, o Sal como “uma mina alva”, a Boa Vista como “uma praia de pescadores” e, finalmente, a Brava como “um presépio ou canteiro de Portugal” (CASIMIRO, 1940, pp. 24-25). Nesta simplificação quase estereotipada das ilhas, percebe-se que o tipo europeizado seria o tipo cabo-verdiano por excelência, pois entre “o africano em S. Tiago” e o “madeirense ou o açoriano” na Brava, Casimiro não escondia que fora nesta ilha, povoada por insulares dos arquipélagos adjacentes, que verdadeiramente despontara um “tipo diferente mas português ainda”.

Os caminhos do Oriente

Segundo Edward Said, o Orientalismo, conceito operativo aplicado à zona vastíssima entre o Cairo e Tóquio, foi “desde o início da sua história moderna até ao presente [...] uma forma de pensamento para lidar com o estrangeiro”, passando por “orientalizar o oriental” (pp. 52-57). Muito embora os contactos dos europeus com o Oriente tenham frutificado nos séculos XV e XVI, apenas os finais de Setecentos, sob o manto universalista do Iluminismo – ainda assim não isento de estereótipos acerca do Outro –, consagraram um interesse genuíno pelas culturas do Próximo e Extremo Oriente. No entanto, ainda segundo Said, os intelectuais europeus tendiam a privilegiar o período clássico das culturas em apreço, tomando os povos actuais por pobres herdeiros de um passado glorioso. A expedição napoleónica ao Egipto, em 1798, o gosto vitoriano pelas *Mil e Uma Noites* e as *Ruba’iyat* do poeta persa Omar Khayyám, o surgimento do mito ariano em torno do sânscrito e a inspiração artística ocidental em temas orientais, somente confirmam tal tendência.

A afirmação do imperialismo oitocentista, fundado no “saber para dominar”, foi um dos grandes esteios desta época, quando os não europeus foram categorizados em moldes pseudo-científicos. Não menos importante foi a apropriação do pensamento de Hegel, segundo o qual a história da humanidade seria uma caminhada rumo à perfeição, trocando os povos mais avançados entre si uma espécie de testemunho olímpico chamejante, ou seja, que a História seguiria o curso diário do Sol (CATROGA, 1999). Como escreveu o professor universitário João Carneiro de Moura:

É uma lei histórica a marcha a civilização do oriente para o ocidente. Esta explica-se pela irradiação do cultismo humano. Às civilizações antigas do Levante, aos egípcios, aos persas, aos chineses, aos hebreus, aos fenícios, sucedeu, filiado, o helenismo. Do helenismo veio a civilização etrusca e depois romana. Esta, cruzada com o elemento germânico e com a civilização árabe, deu a civilização da Renascença que, irradiando intensa para ocidente, passou o Atlântico, fixou-se rejuvenescida no Novo Mundo e foi, cosmopolita, arrancar a África e a Austrália à lendária noite de trevas em que jaziam (MOURA, 1899).

Esta legitimação do colonialismo encontrou, em todo o caso, exceções entre os intelectuais portugueses. Era assim que o padre José da Costa Neves, numa rubrica de seu nome, “Cartas da China a um amigo do Ocidente”, dadas a publicar entre 30 de Maio e 5 de Dezembro de 1909, no jornal *Vida Nova*, desenvolvia uma longa reflexão a propósito da civilização local. Pontuada pelos usuais bordões do “conservantismo chinês”, a série de artigos revelava-se original quando, num processo de descentramento europeísta, fazia uma leitura dos autores clássicos, gregos e romanos, a partir das conquistas da filosofia oriental. Nesta medida, confrontava a “sã moral” de Confúcio, Lao-Tsé e Mêncio com Zenão “defendendo o suicídio”, Aristóteles “coonestando a escravatura”, o “austero Sócrates vendo no operário um ente inferior” e Séneca “louvando a prostituição”. Ou que, significativos vultos literários, como Venceslau de Morais (1854-1929), Camilo Pessanha (1867-1926) e Jaime do Inso (1880-1967), se tenham radicado ou passado largas temporadas na Ásia, sobre a mesma escrevendo importantes contribuições.

A abordagem de Augusto Casimiro não resultaria tão original. O seu encontro com o Oriente decorreu através da mediação literária e não tanto por intermédio de viagem ou estadia mais ou menos demorada. De qualquer modo, as suas obras versando o Oriente, abarcaram as culturas indiana, chinesa e nipónica. Fosse em termos de relato histórico, como em *S. Francisco Xavier e os Portugueses*, numa perspectiva de missionação religiosa (europeia), fosse nas traduções que deu dos poemas do primeiro prémio nobel da literatura atribuído a um não europeu:

Porque entender [Rabindranath] Tagore é transpor o caminho que vai da mera diversão às lágrimas de emoção pura – libertando o prisioneiro que vive na câmara sombria da nossa vida quotidiana, – comungar com a vida universal, presentir e estar próximo de Deus (CASIMIRO, 1939, p. 8)

Noutro prefácio, desta feita sobre um livro de contos (japoneses) do compatriota Cruz Andrade, Augusto Casimiro confessava mesmo a preponderância de um olhar livresco, não tanto de experiência, quando contemplava a Ásia:

Desde a minha adolescência até à sua morte, quisemo-nos bem. E não fomos meros literatos mas duas almas volvidas para o mesmo Oriente, atentos à mesma paisagem, irmãos da mesma regre religiosa (CASIMIRO, 1956)

Breves palavras conclusivas

A experiência de Augusto Casimiro, pontuada pela militância republicana e oposicionista, a vida colonial, em missão ou no exílio, e a participação na Grande Guerra, conferiu-lhe determinada uma visão do mundo. O conflito não o desumanizou, nem tão-pouco lhe alterou a crença na liberdade, na república e na democracia, valores que carregou em múltiplos escritos. De resto, grande parte dos membros da oposição ao regime de Salazar e antigos colaboradores com a ditadura que, posteriormente passaram à oposição, tiveram a experiência da guerra e/ou a vivência colonial. Esta última, por vezes, funcionou como uma espécie de *cursus honorum* para os militares lusos e também como “exílio dourado” para políticos. Em todo o caso, com raríssimas exceções, e ainda mais durante a Primeira República, a permanência nos cargos cimeiros pautou pelo carácter efémero e daí as dificuldades em gizar projectos consistentes e duráveis no tempo.

A passagem de Casimiro por Angola, feita a dois tempos, modificando (ou confirmando) certa perspectiva literária da realidade sertaneja, confirmou a “vocação” colonial de muitos oficiais portugueses da época. Note-se que a defesa do ultramar luso foi transversal a todos os regimes políticos da primeira metade de Novecentos, ainda que a maior parte da população metropolitana apenas conhecesse o império dos mapas das escolas ou de uma ou outra exposição propagandística de maior alcance. Neste particular, não divergiu de Norton de Matos ou de outros vultos contemporâneos, caso de Gilberto Freyre, que, não obstante todos os sinais em contrário de violência e exploração, fizeram a apologia da colonização portuguesa como distinta da anglo-saxónica. Mas, ainda que Casimiro e Norton postulassem a superioridades dos métodos portugueses, a partir de um argumento humanista, não deixavam de olhar para a Grã-Bretanha, apreciando os seus recursos e o grau de autonomia ensaiado na

Austrália, Nova Zelândia e África do Sul. É, assim, curioso que ambos tivessem estabelecido paralelos entre esta última colónia e Angola, criticando o *Apartheid*, mas prescrevendo (Norton) uma separação entre comunidades europeia e africana. Ou seja, segundo os argumentos de Norton, eventuais processos de miscigenação teriam se ser travados.

Neste sentido, o pensamento de Casimiro divergiu, devido ao exílio em Cabo Verde, que recentrou o seu pensamento ultramarino, com a sugestão de um lugar que estaria num pretense meio caminho civilizacional entre a metrópole e o sertão angolano. Numa palavra: que a miscigenação operada em Cabo Verde engendrara portugueses e que o processo colonizador, a um tempo aglutinador e assimilador, teria de prosseguir. À distância de algumas décadas, após a cooptação do pensamento luso-tropical de Gilberto Freyre, o Estado Novo integraria esta visão.

Por outro lado, importa compreender que os seus argumentos em torno da questão colonial e da realidade sertaneja evoluíram em função de um conhecimento mais preciso dos espaços africanos, mantendo, porém, grande coerência nos diferentes registos textuais. Quer isto significar que poesia, prosa propagandística, romance e literatura infantil transmitiram quase sempre as mesmas ideias. É, pois, possível afirmar que a realidade colonial renovou a poesia de Casimiro, anteriormente focada em temas humanistas, patrióticos e paisagísticos. No que respeita à prosa, enveredando cada vez mais pelos artigos de revista/jornal e pelas traduções, Casimiro evocou e teceu algumas considerações acerca do Oriente, ainda que numa perspectiva distanciada e sob mediação literária. Assim, foi num dos seus últimos escritos sobre África que Casimiro voltou a evocar Cabo Verde, onde vivera exilado “nas ilhas onde quisera morrer e dormir o último sono” (CASIMIRO, 1964, p. 43).

Referências

BARBOSA, Jorge. **Arquipélago**. S. Vicente: Editorial Claridade, 1935.

BARROS, Victor. **Campos de Concentração em Cabo Verde**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

BOXER, Charles. **Relações Raciais no Império Colonial Português (1415-1825)**. Porto: Afrontamento, 1977.

_____. **O Império Colonial Português**. Lisboa: Edições 70, 1981.

CARVALHO, Manuel. **A Guerra que Portugal quis esquecer**. Porto: Porto Editora, 2015.

CASIMIRO, Augusto. **Angola e o Futuro**. Lisboa: Livrolândia, 1961.

_____. **Cartilha Colonial**. Rio de Janeiro: Sociedade Luso-Africana, 1936.

_____. Diário Imperfeito. In: **Seara Nova**, N.º 1420, Fevereiro de 1964, p. 43.

_____. **Ilhas Crioulas**. Lisboa: Editora Cosmos, 1935.

_____. **Oração Lusíada**. Lisboa: Ministério da Guerra, 1921.

_____. **Naulila**. Lisboa: Seara Nova, 1922.

_____. **Obra Poética**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001.

_____. **Portugal Atlântico**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955.

_____. Prefácio. In: ANDRADE, Cruz. **A Perdição de Ling Fu (contos)**. Castelo Branco: 1957.

_____. Prefácio. In: TAGORE, Rabindranath. **Poesias de Tagore, o músico e o poeta**. Lisboa: Seara Nova, 1939.

_____. Prefácio. In: VASCONCELOS, João Teixeira de. **África vivida: memórias de um caçador de elefantes**. Porto: Livraria Fernando Machado, 1957.

CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo**. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

CATROGA, Fernando. **A História Começou a Oriente**. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

_____. **Caminhos do Fim da História**. Coimbra: Quarteto, 2003.

CÉRTIMA, António de. **Epopéia Maldita**. Lisboa: Edição do Autor, 1924.

CORTESÃO, Jaime. **Memórias da Grande Guerra**. Viseu: Quartzo Editora, 2016.

DÁSKALOS, Maria Alexandre. **A Política de Norton de Matos para Angola**. Coimbra: Minerva-História, 2008.

FILHO, Fadel David António. Sobre a palavra 'sertão'. **Ciência Geográfica**. Vol. XV, Janeiro/Dezembro 2011, pp. 84-87.

FRAGA, Luís Alves de. Augusto Casimiro: militar e escritor republicano. **Biblos**. Vol. VIII, 2010, pp. 281-289.

FRANÇA, Arnaldo. **Notas sobre a poesia e ficção cabo-verdianas**. Praia: Centro de Informação e Turismo, 1962.

GARCIA, José Luís Lima. **Ideologia e Propaganda Colonial no Estado Novo**. Coimbra: FLUC, 2011 (Tese de Doutoramento)

JERÓNIMO, Miguel Bandeira. **Livros Brancos, Almas Negras**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

LEAL, Ernesto Castro. António de Cértima e a «epopeia maldita». **Revista Universitaria de Historia Militar**. Vol. 3, 2014, pp. 35-58.

MARQUES, A. H. de Oliveira. **Guia de História da 1.ª República Portuguesa**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

MARTINS, Rui Cunha. **O método da fronteira: radiografia histórica de um dispositivo contemporâneo**. Coimbra: Almedina, 2008.

MARTINS, Leonor Pires. **Um império de papel**. Lisboa: Edições 70, 2012.

MATOS, José Norton de. **A Nação Una**. Lisboa: Paulino Ferreira, 1953.

MOURA, João Carneiro de. Destinos Históricos para a África do Sul II. **Revista Portuguesa Colonial e Marítima**. Lisboa: Livraria Ferin, 1899, N.º 25, vol. V.

NUNES, José da Costa. Cartas da China a um amigo do Ocidente II. **Vida Nova**. Macau: 6 de Junho de 1909, 1.º Ano – N.º 23, pp. 1-2.

PEDROSO, Alberto. **Augusto Casimiro, 1889-1967. Mostra Biobliográfica.** Lisboa: Biblioteca Nacional, Biblioteca Municipal Albano Sardoeira, 1989.

POLIAKOV, Léon. **O Mito Ariano.** S. Paulo: Editora Perspectiva, 1985.

SAID, Edward. **Orientalismo.** Lisboa: Edições Cotovia, 2004.

SAMUEL, Paulo. **A Renascença Portuguesa.** Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 1990.

SANTOS, Oliveira. **Resposta às acusações que o americano professor Edward Alsworth Ross fez.** Luanda: Imprensa Nacional de Angola, 1927.

SELVAGEM, Carlos. **Tropa d'África.** Porto, Rio de Janeiro: Renascença Portuguesa-Luso-Brasileiro, 1919.

Artigo recebido em 29 de outubro de 2016. Aprovado em 02 de dezembro de 2016.